

O SIGNIFICADO DE CIDADANIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE LONDRINA - BRASIL

THE MEANING OF CITIZENSHIP FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS FROM LONDRINA CITY - BRAZIL

EL SIGNIFICADO DE CIUDADANÍA PARA NIÑOS Y ADOLESCENTES DE LONDRINA –BRASIL

*Danielli Cristine de Souza**

*Flávia Regina Bornia Pereira***

*Regina Márcia Cortez Gouveia****

*Jannet Maria de Souza*****

*Maria de Lourdes Centa******

* Acadêmica de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná. Bolsista CNPq/PIBIC do Grupo de Pesquisa Família, Saúde e Desenvolvimento (GEFASD).

** Acadêmica de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CNPq/PIBIC do Grupo de Pesquisa Família, Saúde e Desenvolvimento (GEFASD).

*** Enfermeira. Mestre docente da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) e Membro do Grupo Família, Saúde e Educação de Londrina.

**** Assistente Social. Especialista em Saúde Coletiva. Docente da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR). Membro do Grupo Família, Saúde e Educação de Londrina.

***** Doutora em Filosofia da Enfermagem. Professora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (UFPR). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Família, Saúde e Desenvolvimento da UFPR.

RESUMO. A cidadania se desenvolve na vida cotidiana através da dinâmica das relações sociais¹. Seu conceito, enquanto direito a ter direitos, tem se prestado a diversas interpretações em que verifica que a cidadania seria composta pelos direitos civis, políticos e sociais². Este estudo trata de uma pesquisa descritiva exploratória que teve como objetivo identificar como crianças e adolescentes percebem a importância do exercício da cidadania na família e comunidade. A amostra foi composta por 93 crianças e adolescentes da 5ª série do ensino fundamental, que estudam em escolas estaduais, municipais e particulares do município de Londrina (PR). Para a coleta de dados utilizamos o jogo de baralho desenvolvido por Stefanelli e Waidman, com frases referentes ao tema. Os aspectos éticos foram respeitados conforme as normas da resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde sobre Pesquisa com Seres Humanos. Por meio deste estudo pudemos perceber como é importante a participação da família e da escola na formação das crianças, pois os alunos, participantes da pesquisa, demonstraram preocupação e interesse pelo tema proposto, discutindo a falta de habitação, segurança, drogas, violência, competição, desigualdade e falta de respeito. Concluímos que eles estão cientes de seus direitos e deveres de cidadão.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania; criança; educação.

ABSTRACT. The citizenship has been developed in the daily life through the dynamics of social relations¹. Its concept as right to have rights, has given many interpretations where one can verify that the citizenship would be composed by social and political rights². This is an exploratory and descriptive research that aimed to identify how children and adolescents perceive the importance of the citizenship exercise in the family and community. The sample was composed with 93 children and adolescents that studies at public and private schools of Londrina city-Brazil. For the data collection we use the cards game developed by Dr. Stefanelli containing phrases related to the subject. Through this study we could perceive that the family and the school participation in the children formation is important therefore pupils, participants of the research, had demonstrated concern and interest in the subject discussing the lack of habitation, security, drugs, violence, competition, inequity and disrespect. We conclude that they are conscious of citizen's rights and duties.

KEYWORDS: citizenship; child; education.

RESUMEN. La ciudadanía se desenvuelve en la vida cotidiana a través de la dinámica de las relaciones sociales¹. Su concepción, en cuanto derecho a tener derechos, ha servido a innumerables interpretaciones, que denotan que ciudadanía sería formada por derechos civiles, políticos y sociales². Esta investigación exploradora-descriptiva, tuvo como objetivo identificar como niños y adolescentes perciben la importancia de ejercer ciudadanía en la familia y comunidad. La muestra fueron 93 niños y adolescentes de 5º año básico, estudiantes de escuelas particulares, municipales y de la región de Londrina-PR. Para la selección de datos se utilizó un juego de naipes creado por Stefanelli y Waidman, que mostraban frases referentes al tema. Fueron respetados los aspectos éticos de acuerdo con la resolución 196/96 del Consejo Nacional de Salud para la Investigación con seres humanos. El estudio permitió percibir la importancia de la participación familiar y de la escuela en la formación de los niños, los alumnos participantes mostraron preocupación e interés por el tema y analizaron la falta de habitación, seguridad, drogas, violencia, competencia, desigualdad y falta de respeto. Se finaliza que, ellos están concientes de sus derechos y obligaciones de ciudadano.

PALABRAS-CLAVE: ciudadanía; niños; educación.

Recebido em: 07/10/2005

Aceito em: 15/12/2005

Danielli Cristine de Souza

Rua Marechal Hermes, 600 - apto. 45 - Centro Cívico

Curitiba - PR

E-mail: danielli@ufpr.br

INTRODUÇÃO

Na história do pensamento social verifica-se que sempre houve grandes preocupações com o seguinte elenco da condição humana; conseqüências das ações humanas, relação entre a capacidade dos homens e seus lugares na sociedade, implicações da liberdade, questão dos direitos e dos deveres de cada um, dignidade pessoal e o respeito ao próximo, dilema da conciliação entre os interesses individuais e coletivos, felicidade e a infelicidade, ambição pelo poder, bem e o mal, a morte e a imortalidade: enfim, o drama e a cidadania ¹.

A cidadania se desenvolve na vida cotidiana na dinâmica das relações sociais. Para ser possível que diferentes grupos mantenham essas relações sociais, ou seja, vivam e convivam, o homem tem lutado por condições justas e dignas de convivência e, a partir dessas lutas e de conflitos sociais, vem estabelecendo coletivamente algumas condições que são expressas sob forma de seus anseios ².

O conceito de cidadania, enquanto direito a ter direitos, tem se prestado a diversas interpretações, em que verifica que a cidadania seria composta pelos direitos civis e políticos, direitos de primeira geração; e direitos sociais; direitos de segunda geração. Esses direitos são descritos como sendo:

Direitos civis – correspondem aos direitos individuais de liberdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida, segurança, entre outros ³.

Direitos políticos – dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, ao sufrágio universal ³.

Direitos sociais – São os direitos sociais, econômicos ou de créditos e reportam-se aos direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego; enfim, a garantia, pela intervenção do Estado, de acesso aos meios necessários à vida e ao bem-estar social ³.

Antigamente os direitos inerentes à pessoa humana não incluíam os direitos de cidadania para mulheres e crianças, pois eles se caracterizavam

pela existência de determinado status político-jurídico, o qual implicava a capacidade plena para o exercício dos direitos do homem, da pessoa humana. Neste contexto, crianças e mulheres eram excluídos e precisavam de representante – pai, esposo, patrão ou Estado – para exercer os seus direitos de pessoa humana ⁴.

Os direitos do homem são fundamentais, pois correspondem às necessidades essenciais da pessoa, como a vida, igualdade, liberdade, alimentação, saúde e educação. Atualmente esses direitos são considerados universais por serem válidos para todas as pessoas, independentemente de nacionalidade, etnia, gênero, classe social, religião, escolaridade, orientação sexual ou idade. Entretanto não há como pensar em direitos sem pensar nas responsabilidades individuais e coletivas que o uso ou cumprimento do direito requer. Os direitos implicam deveres a cumprir e a observância deles é condição imprescindível para a convivência social ².

A expressão 'direitos do homem' refere-se ao universal, ao que todo homem é e tem por direito, independentemente do país em que vive ou da forma de governo ali adotada; os "Direitos do Cidadão" dizem respeito à relação do indivíduo com a sua nação ². Os direitos da criança e do adolescentes estão estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que representa um avanço na conquista da cidadania de jovens brasileiros, até então excluídos de seus direitos fundamentais ⁵.

Hoje, no Brasil, podemos perceber que, apesar dos estudos, do incentivo e do avanço dos acontecimentos que envolvem os direitos humanos, as pessoas ainda agem de forma tímida e lenta em relação aos seus direitos como cidadão, não exercendo plenamente sua cidadania. Essa cultura é preservada e passada entre as gerações; por isso, neste contexto a família e a escola são fundamentais no processo de amadurecimento das pessoas no âmbito do exercício da cidadania, ou seja, de fazer valer os direitos humanos, civis e políticos, conforme estabelecido pelo Estado ².

Neste percurso a família é, primordialmente, o suporte social do indivíduo, cumprindo-lhe facilitar a satisfação de suas necessidades, de tal forma que ele possa tornar-se apto a se desenvolver como cidadão. É importante lembrar que existe uma interdependência intrínseca de família e sociedade, uma vez que à sociedade cabe prover meios à família para subsidiar os seus membros na satisfação das suas necessidades⁵.

Pensar em infância como sujeito de direitos, consiste, em primeiro lugar, em especificar o sentido e o alcance de seus direitos humanos, entendidos como instrumentos aptos para fechar progressivamente a brecha entre os direitos do homem e os do cidadão. Um dos caminhos está, com certeza, no dever dos adultos de escutar as crianças e os adolescentes, dever simétrico do direito desses últimos de formar juízo próprio e expressar livremente suas opiniões⁴.

A escola, assim como a família, tem papel muito importante; ela é vista como espaço político, onde se deve ministrar um conjunto de disciplinas, de maneira que o jovem adquira o saber necessário para não se deixar enganar. O conhecimento intelectual aparece como o suporte para a formação da cidadania, o instrumento básico para o salto qualitativo entre a consciência ingênua e a consciência política¹.

A criança deve estar plenamente preparada para uma vida independente na sociedade e deve ser educada de acordo com idéias proclamadas na Carta das Nações Unidas, especialmente no que se refere à paz e dignidade à tolerância e liberdade à igualdade e solidariedade⁵. Refletindo sobre a importância da cidadania na vida do homem foi que decidimos realizar este estudo, cujo objetivo é identificar como as crianças e adolescentes compreendem o valor do exercício da cidadania na família e comunidade.

METODOLOGIA

Para desenvolver este estudo optou-se pela pesquisa qualitativa de tipo exploratório-descritivo, pois

esta metodologia permite a interação dos pesquisadores com os pesquisados, possibilitando retratar a realidade de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos componentes do estudo⁷.

A amostra constituiu-se de 93 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, matriculados na 5ª série do ensino fundamental de 4 escolas, do município de Londrina, cuja faixa etária variou entre 10 e 12 anos de idade.

Para escolha do local de estudo, foi realizado um levantamento das escolas existentes nas diferentes áreas da cidade. Selecionamos 4 escolas levando em consideração diferentes regiões geográficas (região norte, sul e central), condições socioeconômicas dos alunos, administração pública e privada e o período escolar dos alunos (5º série do ensino fundamental).

As escolas escolhidas para a realização da pesquisa foram estas: 1 gerenciada pelo município, localizada na região norte de Londrina, com 500 alunos; 1 gerenciada pelo estado, localizada na região sul com aproximadamente dois mil alunos; e 2 particulares de médio e grande porte, localizadas na região central.

Os familiares dos alunos da escola municipal possuíam nível socioeconômico intermediário, com renda mensal de 3 a 5 salários mínimos tendo em média 3 filhos por família, os da escola estadual possuíam nível sócio econômico baixo, com renda mensal de 1 a 3 salários mínimos, em média com 5 filhos por casal; e a dos alunos das escolas particulares possuíam um nível socioeconômico alto, com renda de 10 ou mais salários mínimos e uma média de 2 filhos por família.

Para a realização deste estudo seguimos as normas preconizados pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisa com seres humanos⁸.

Após a seleção das escolas pelos pesquisadores, foi explicado à diretora de cada instituição o objetivo, a finalidade da pesquisa e como se dará sua realização. Foram, esclarecidas dúvidas sobre o

anonimato, direito de permanecer ou não na pesquisa e destino dos dados, além de solicitada sua colaboração.

Cabe ressaltar que os diretores das escolas, após serem esclarecidos sobre o desenvolvimento do trabalho e garantidos sobre o anonimato das crianças, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em lugar dos pais. Em uma escola, apenas houve necessidade de informar os pais antes de trabalharmos com as crianças, pois a pesquisa só pôde ser realizada em horários depois do horário normal das aulas, necessitando, assim, de autorização dos pais para que os alunos permanecessem na escola.

COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foi utilizado um jogo de cartas, jogo de baralho desenvolvido por Stefanelli e Waidman (1993), onde cada carta continha uma frase referente ao assunto a ser abordado. Essa dinâmica permitiu que as crianças/adolescentes refletissem, compartilhassem suas vivências e se sentissem à vontade para expor suas opiniões.

Como a maioria das escolas tinha turmas com mais de 30 alunos, foi necessário dividi-los em 2 grupos de trabalho. Para dividir os alunos de forma aleatória em dois grupos, realizou-se uma dinâmica chamada "Família de Animais". Essa dinâmica consiste em colocar em um recipiente papéis com nomes de dois animais os quais seriam sorteados pelos alunos e assim eles se agrupavam conforme o nome do animal sorteado.

A coleta dos dados foi realizada por meio de um jogo de cartas, que começou quando um aluno pegou uma carta, leu em voz alta a frase nela contida, refletiu sobre seu significado e exteriorizou sua opinião. Depois de terminada a fala deste participante, os outros alunos poderiam complementar sua fala, se assim o desejassem. Em seguida outro aluno retirava outra carta e dava continuidade ao jogo. Depois que todos exteriorizavam suas opiniões sobre cidadania, concluímos as atividades, retornando à sala de aula, onde foi discutido com o

grande grupo a importância da cidadania na família e comunidade. Os dados obtidos foram gravados e posteriormente transcritos.

ANALISE E DISCUSSÃO DADOS

Após a transcrição, análise e discussão dos dados, estes foram agrupados de acordo com as frases contidas nas cartas do baralho e pelo tipo de escola onde se realizou o estudo.

Para a carta que continha a frase TODO SER HUMANO TEM DIREITO A UM LUGAR PARA MORAR E TER SEGURANÇA, os alunos da escola da região sul, gerenciada pelo estado, referiram não possuir este direito, porque o prefeito não ajuda, pela violência, roubos, assalto:

Nós não temos isso, porque o prefeito não ajuda. Porque existe violência, roubos, assalto.

Eles referem também que está faltando paz para que as pessoas tenham direito a um lugar para morar e ter segurança, tomando para si as ações que poderiam gerar a paz.

Sem violência, sem roubo, sem drogas, sem bebidas, sem morte. Se nós, os homens, evitarmos isto, está tudo resolvido, e teremos paz. Pode-se estar contribuindo para a paz, não fazendo isso, não brigando com nossos colegas; qual a diferença de ter uma guerra e ter uma briga em sala de aula?

Na escola municipal da região norte, os alunos concordam em que todo ser humano tem direito à moradia e apesar do pesquisador ter estimulado o grupo, não houve muitas contribuições das crianças. Entretanto eles enfatizam que

todo ser humano tem direito a um lugar para morar e ter segurança.

Nas escolas particulares da região central, os alunos referem que todas as pessoas têm direito à moradia; mas nem todos a possuem, porque existe muita discriminação.

Todo o mundo tem o direito de ter uma casa, mas quase ninguém tem, porque as pessoas são discriminadas.

Porque a maioria delas são negras, aí elas são pobres e todo mundo discrimina.

Ao trabalharmos com a frase TODO SER HUMANO TEM DIREITO A UM LUGAR PARA MORAR E TER SEGURANÇA, observamos que as crianças das escolas públicas, estadual e municipal, discutiram mais o assunto, incluíram opiniões sobre a administração pública local, deixaram claro quanto os incomoda a falta de segurança, referiram-se ao modo como podem contribuir para conseguir a paz almejada por todos.

Nas escolas particulares, a discussão foi tímida, talvez por não ser a realidade vivida pelas crianças.

Para a carta que continha a frase É NOSSO DEVER PROMOVER A JUSTIÇA E COMBATER AS DESIGUALDADES, as crianças da escola da região sul concordam em que existe muita desigualdade e ressaltam principalmente a desigualdade social, onde um quer ter e ser mais que o outro.

É, porque muitas pessoas que tem desigualdade. Tem pessoas que querem ter mais poder, não querem ser a mesma coisa. Tem algumas pessoas que querem ser mais que as outras.

As crianças de escolas da Região Norte se preocupam mais com o futuro, pois elas acreditam que, sem justiça, quem irá sofrer serão principalmente seus descendentes, parentes e amigos.

A gente tem de promover a justiça, porque mais tarde quem vão sofrer vai ser nossos filhos, nossos parentes e nossos amigos.

Elas se referiram à falta de justiça em seu cotidiano e como promover a justiça para suas vidas e de suas gerações.

As crianças da região central aprofundaram suas reflexões, enfocando a desigualdade racial e social. Relataram como a falta de emprego e de estudo se tornam fatores importantes para implementar a desigualdade social. Citaram também a desigualdade racial, demonstrando ter consciência de que todas as pessoas são iguais; portanto têm direitos e deveres iguais. Eles referiram a falta de trabalho e a tecnologia ocupando o lugar do homem

como fatores geradores de desemprego e de desigualdade social.

Eu penso que é certo, porque se todos fizessem justiça, ficava perfeito... Esse é um dever de todo cidadão... Promover a justiça e combater a desigualdade... Se eu sou negro e ele é louro, não tem porque a gente brigar... Só a cor é diferente... Todo mundo é igual. Nós somos seres humanos...

Mas tem outras desigualdades como a social que podemos combater dando trabalho para todo mundo que não tem dinheiro. Para ele poder arranjar dinheiro e não ser discriminado

Estão trocando coisas em que as pessoas podiam trabalhar, por coisas que as máquinas fazem. Máquinas que é só apertar um botão, igual lá no shopping, você vai lá comprar e te entregam um cartãozinho, e agora é a maquina que dá... Isso deixa mais pessoas sem emprego...

Estão substituindo o homem pela máquina e isso deixa a gente mais sem emprego... mas vai ter que ter alguém para operar as máquinas e é o homem.

As crianças dessas escolas também emitiram pareceres de como “promover a justiça e combater as desigualdades”. Eles referem a falta de qualificação profissional como fator de desemprego; portanto a solução para isso seria proporcionar estudo, para que o homem tenha condições de trabalhar.

Não é toda a pessoa que tem estudo do jeito que tem que ser para poder trabalhar; então o problema não é a falta de emprego especificamente, é o homem ter o estudo, para ele ter condições de operar essa máquina e não ser substituído. Ele assim só vai mudar o jeito de trabalhar.

O estudo parece ser a forma mais fácil e segura e deve ter outro jeito, mas eu não sei qual é.

Os alunos das quatro escolas demonstraram ter consciência e clareza em relação ao tema, pois discutiram amplamente esta frase, dando ênfase às desigualdades sociais e raciais, injustiças, uso de tecnologia e falta de qualificação profissional como fatores geradores de desemprego. Eles apontam o estudo como forma de promover a igualdade social.

Em relação à frase **É NA FAMÍLIA QUE COMEÇAMOS A EXERCITAR A NOSSA CIDADANIA**, observamos que os alunos da escola da região sul entendem que a cidadania deve ser aprendida e praticada desde pequeno em família, respeitando os mais velhos.

Desde pequeno a gente precisa ir aprendendo na família a praticar a cidadania. A nossa família são nossos avós, nossos pais, nossos irmãos.

Nós temos os nossos avós, que são mais velhos, os pais que são mais velhos então na família nós temos os mais velhos, não é verdade? Então nós devemos respeitar os mais velhos e aí já começou a cidadania.

As crianças da escola da região norte referem a importância de se discutir direitos e deveres na família e na escola.

Falar sobre os direitos que você tem na sua casa, na escola, e falar com os pais e com a família sobre o que é direito e dever que você tem na escola e em casa, eu acho que é cidadania e é importante.

Os alunos da escola da região central referem o respeito como forma de exercer a cidadania.

A gente tem de respeitar a nossa família, tipo assim, primeiro eles para depois respeitar os outros fora de casa. A gente começa a respeitar as pessoas de dentro de casa para depois respeitar todo o mundo.

Com esta frase observou-se que os alunos das quatro escolas referem que é na família que se aprende e se inicia a prática da cidadania, demonstrando a importância desta instituição como formadora de cidadãos. Isto é corroborado por vários autores, quando referem que as funções da família são socializar, educar e proteger sua prole.

Em relação à frase **A HONESTIDADE É UM DEVER DO CIDADÃO**, os alunos das três escolas explicitaram a importância de ser honesto e deram exemplos de ações honestas.

Para mim, todo o cidadão deve ser honesto. Todo o cidadão deve ser honesto, assumir todas as coisas que ele faz. Por exemplo, tipo alguma coisa que ela tem que pagar; as pessoas honestas tem que seguir todas as regras do pagamento.

É importante ser honesto. Por exemplo, aqui na escola não colar na prova é um sinal de honestidade.

Ao ser trabalhada a frase **TEMOS QUE RESPEITAR NOSSO CORPO**, os alunos das três escolas referem o que não se deve fazer para poder respeitar o seu próprio corpo e o dos outros.

Não espancar os outros. Não usar drogas, bebidas alcoólicas, fumar...não devemos incentivar os nossos amigos a usar drogas ou qualquer outra coisa que prejudique sua saúde.

Ao discutir a frase **É DEVER DE TODO O CIDADÃO PROMOVER MUDANÇAS A FAVOR DA DIGNIDADE DO SER HUMANO**, eles referem que esta ação deve ser exercida por todos e que é dever do cidadão respeitar e ajudar o próximo.

Todo o mundo tem de ajudar os outros; quando as coisas não estão certas, devem protestar, protestar lá na prefeitura, caso a rua esteja ruim, caso o bairro não tenha segurança, reclamar se um lugar está sujo.

Pudemos perceber que, ao trabalhar as frases do instrumento, as crianças tiveram posicionamentos próprios e as discussões foram abrangentes, mostrando-nos que elas refletiram sobre todos os temas propostos de forma racional e consciente da realidade vivida em nosso país, em qualquer classe social.

As falas que envolveram exemplos da vida cotidiana enriqueceram muito a discussão, pois os alunos conseguiram relacionar o que está sendo dito com a realidade vivida por cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia proporcionou a manifestação dos alunos e permitiu a participação de todos até dos mais tímidos; auxiliados pelos colegas, eles se posicionavam e exteriorizavam suas opiniões em relação aos temas abordados.

Os participantes deste estudo discutiram os fatores que dificultam o viver em sociedade, como falta de habitação, de segurança, uso de drogas, violência, preconceito, ambição, competitividade,

discriminação, desigualdade, falta de respeito pelo outro, demonstrando conhecimento dos seus direitos e deveres como cidadãos. Eles se preocupam em melhorar a situação atual promovendo a justiça, combatendo as desigualdades e melhorando as condições de vida dos cidadãos para quem isso reflita nas próximas gerações.

Observamos que os alunos, independente da classe social, estão conscientes dos problemas vividos pela população e de seus direitos. Referem, também, que o exercício da cidadania deve ser iniciado na família e estimulado pela escola.

Sendo a família e a escola as bases da educação da criança, elas servem de referencial e modelo para que elas se desenvolvam aptas a enfrentar a realidade, por isso é tão importante que atuem em conjunto na formação do cidadão. É necessário envolver escola e família no processo de formação da opinião das crianças e adolescentes, para que estes compreendam e exercitem seus direitos e deveres e possam, assim, agir como verdadeiros cidadãos. Devemos preservar a sensibilidade que estas crianças nos mostraram, não deixando que a percam no processo natural de amadurecimento.

Para que isso se concretize deve-se fazer cumprir o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelece nos seus artigos 1º e 2º que a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais; a educação é dever da família e do Estado.

Ela deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho⁹.

Acreditamos ser necessário preservar a sensibilidade que estas crianças nos mostraram, não deixando que percam seus conceitos e esperanças de um mundo melhor, onde todos tenham garantidos seus direitos e possam exercer plenamente sua cidadania.

REFERÊNCIAS

- 1 Ferreira NT. Cidadania: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1993.
- 2 Érnica M, Isaac A, Machado RR. O direito de ter direitos. Disponível em: http://www.educarede.org.br/educa/oassuntoe/index.cfm?pagina=interna&id_tema=7&id_subtema=4. (16 ago 2005).
- 3 Fernandes ID, Oliveira MR, Fernandes J. Cidadania e qualidade de vida dos portadores de transtornos psiquiátricos: contradições e racionalidade. Rev Esc Enferm USP 2003; 37(2): 35-42.
- 4 Mendéz EG. Infância e cidadania na América Latina. São Paulo: Hucitec; 1998.
- 5 Oliveira SD. Estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069/90. 5 ed. Rio de Janeiro; 2004.
- 6 Rodrigues MSP, Sobrinho EHG, Silva RM. A família e sua importância na formação do cidadão. Rev. Família, Saúde e Desenvolvimento 2000, 2(2). p. 40-8.
- 7 Minayo MCS. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo MCS. Pesquisa social. Petrópolis: Vozes; 1994.
- 8 Ministério da Saúde (BR). Comissão Nacional de Ética em pesquisa. Normas para pesquisa envolvendo seres humanos: Res. CNS 196/96 e outras. Brasília, 2000.
- 9 Ministério da Educação (BR). Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/seb/pdf/LDB.pdf>. (16 ago 2005)